



# MUNICIPIO DE LAJINHA – MINAS GERAIS

PREFEITURA – SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

## **ERRATA 01**

ERRATA PCA Nº 4129/2023, atendendo aos princípios que norteiam a Gestão Pública, em face de extremamente necessária, vem por meio deste, RETIFICAR: conforme abaixo:

### **Onde lê-se:**

Item 6.1.16

### **Leia-se:**

Fica acrescido:

Item 6.1.16 – letra f)

Item 6.1.17 – letra a) e b)

Item 6.1.18.

Item 6.1.18.1 – letra a), b) e c)

Item 6.1.18.2 – letra a), b), c), d), e), f), g), h), i) e j)

Demais condições permanecem inalteradas.



# MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

**f) Observação:** As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo são as seguintes:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Guia de meio-fio, em concreto com fck 20mpa, pré-moldada, mfc-01 padrão der-mg, dimensões (12x16,7x35) cm, exclusive sarjeta, inclusive escavação, apiloamento e transporte com retirada do material escavado (em cacamba) ou similar,	M	676,74
Escavação, carga, descarga, espalhamento e transporte de material de 1º categoria, com caminhão. Distância média de transporte de 3.001 a 4.000 m ou similar.	M³	2.779,63
Piso em concreto, usinado convencional, fck 15mpa, com tela soldada nervurada tipo q-138, acabamento polido em nível zero, esp.12cm, inclusive fornecimento, lançamento, adensamento, exclusive junta de dilatação ou similar.	M²	1.678,35
Luminaria refletora para iluminação pública para lampada vapor de mercúrio, sódio e metálica, 1 pétala, poste de aço galvanizado com 10 m de altura livre (completa) ou similar.	UNID	8,00
Viga metálica em perfil laminado ou soldado em aço estrutural, com conexões soldadas, inclusos mão de obra, transporte e içamento utilizando guindaste - fornecimento e instalação. Af 01/2020 pa ou similar.	KG	1.669,72

## 6.1.17 EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa licitante deverá indicar os profissionais da equipe técnica mínima abaixo relacionada, que deverão obrigatoriamente participar da execução dos serviços, os quais deverão anuir sua indicação e participação através da assinatura com firma reconhecida no termo de indicação da equipe técnica mínima.

**a) Engenheiro Civil** - com experiência na execução de obras pertinente ao atual objeto:

**b)** Sendo o mesmo devidamente comprovado através de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estaduais, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, empresa privada, no mínimo obras que comprovem o descrito anterior.

## 6.1.18 DISPOSIÇÕES GERAIS

**6.1.18.1** Os itens abaixo serão obrigações da Contratada, sendo que, os respectivos custos, deverão estar inseridos no item Despesas Indiretas (BDI):

a) Execução de Placa de Obra, de acordo com o padrão fornecido pelo Departamento de Engenharia;

b) Fornecimento de todas as ferramentas, equipamentos, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI);

c) Exercer sob suas expensas o Controle Geométrico e Tecnológico e de Resistência, com apresentação de Certificados de Qualidade, quando couber, de todos os materiais empregados na obra que tenham sua produção e fabricação fora da mesma, como elementos pré-fabricados, tubulões e especialmente o concreto, e, apresentada à Fiscalização.



# MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

## 6.1.18.2 JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIAS DA COMPROVAÇÃO PELOS LICITANTES DA CAPACIDADE PROFISSIONAL

- a) Para fins de verificação da qualificação técnica, a Administração exige dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstrem sua capacidade técnica profissional, relativamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado.
- b) Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e pessoal suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.
- c) Para isso, a lei de regência autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacidade técnico profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- d) Quanto à capacitação técnica profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional (Responsável Técnico) indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico.

Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que:

"Para a comprovação da capacidade técnica das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado".

(destacamos)

- e) Além disso, a jurisprudência do TCU é unânime que a exigência de comprovação da capacidade técnica, apesar de legal, não poderá ultrapassar o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos licitados, senão vejamos:

[...]

"c. a capacitação técnica admite a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos nos atestados, desde que, conforme jurisprudência do TCU, não ultrapasse o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos licitados, exceto em situações excepcionais, devidamente justificadas (Acórdãos nº 2.099/2009, nº 2.147/2009, nº 813/2010, nº 3.105/2010 e nº 1.832/2011, todos do Plenário);

- f) Sob esse enfoque, segundo informação do Setor de Engenharia desta Administração considera como "parcela de maior relevância técnica" o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como alguns de maior valor, que possam representar risco mais elevado para a sua perfeita execução.

- g) Por sua vez, a aferição da fórmula "valor significativo do objeto" toma em conta a relação estabelecida entre o valor da parcela eleita para comprovação da experiência em vista do valor total do objeto, fato que, foi devidamente observado na eleição das parcelas de maior relevância técnica, nos termos da Planilha Orçamentária anexa ao edital.

- h) Em suma, as parcelas de maior relevância tratam-se da essência do objeto licitado, onde, através da planilha orçamentária, foi possível identificar alguns serviços de valor significativo e também com maior complexidade



# MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

técnica, cuja a inexecução importará em riscos mais elevados para a Administração, devido ao seu grande vulto financeiro.

i) Assim sendo, justifica-se a exigência da capacidade técnica profissional, por se tratar de aferição dos serviços com maior vulto econômico-financeiro, o que enseja-se a contratação de empresa com comprovada experiência na execução desses serviços, o que nesse particular, a exigência de quantitativos mínimos guarda proporção com a necessidade da escolha de empresa capacitada para a entrega bem sucedida do objeto da licitação, sem, contudo, trazer riscos ou prejuízos para administração, com a inexecução total ou parcial dos serviços.

j) **Encarregado Geral de Obras de Infraestrutura Urbana** - com experiência na função, devidamente comprovada através do registro de tempo de serviço em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social).